

OS COMUNISTAS DIANTE DO MURO: O MARXISMO-LENINISMO ENTRE A NEGAÇÃO E A AFIRMAÇÃO DA TRADIÇÃO STÁLINISTA

Antônio Ozaí da Silva*

Resumo: Este artigo trata dos principais partidos que representam a tradição stalinista em nosso país: o PCB e o PC do B. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, foi hegemônico na esquerda brasileira durante décadas e se constituiu no tronco principal do marxismo em nosso País. Este partido incorporou a concepção de partido marxista-leninista e a teoria e cultura políticas pre-valetentes no movimento comunista internacional com a vitória de Stálin contra Trotsky no seio do Partido Comunista da URSS e da III Internacional. Evidentemente, há outras organizações e grupos permeados pela tradição stalinista. Aqui, nos limitaremos à análise do PCB e o PC do B, procurando apreender suas mudanças políticas e ideológicas e reações ao impacto dos acontecimentos no Leste Europeu, isto é, os elementos de superação e manutenção da tradição stalinista.

Palavras-chave: comunismo, marxismo, partido comunista, socialismo, Stalinismo.

The communists in front of the wall: Marxim-Leninism between the denial and the affirmation of Stálinist tradition

Abstract: This article discusses the two principal parties representing the Stálinist tradition in our country: *PCB and PC do B*. The Brazialian Cmmunist Party (PCB), established in 1922, was hegemonic among Brazilian leftists for decades and was the hardcore of Marxism in our country. This party embodied the concepts of a Marxist-Leninist party and the prevailing theory and political culture of the international communist movement when Stálin defeated Trotsky within the URSS Communist Party and the Third International Socialist Association. Evidently there are other organizations and groups pervaded by the Stálinist tradition. Our analysis, however, will be restricted to *PCB* and to *PC do B*, trying to understand their political and ideological transformations and their reactions to the impact of the events in Eastern Europe: the overcoming or the maintenance of the Stálinist tradition.

Key words: communism, marxism, communist party, socialism, Stálinism

No Brasil, a hegemonia da vertente Stalinista só foi abalada seriamente

* Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP, com ênfase em Política.

a partir da segunda metade da década de 50. Sob o impacto das revelações no XX Congresso do PCUS, em 1956, após a morte de Stálin, a mentalidade arraigada pela ideologia marxista-leninista, durante décadas, entrou em crise. A tradição perdia sua solidez ideológica. Abria-se um período de crescente questionamento que fomentava o surgimento de uma **nova esquerda**.¹

Foi nesse período que o PCB iniciou o processo de crítica e autocrítica em relação ao legado Stalinista. Apesar de romper formalmente com o Stalinismo, manteve valores e conceitos teóricos que marcaram esta tradição. A concepção de partido predominante ainda se referendava no passado; o partido também não conseguia exercer a democracia em sua plenitude; a exclusão política permanecia como método preferencial para dar término à luta de idéias; e as mudanças internas não colocavam em questão a teoria etapista da revolução brasileira.²

Embora abalado pelas conseqüências desta crise, o PCB manteve a hegemonia, agora enfraquecida pela concorrência de outras organizações marxistas e não-marxistas, com inserção no movimento operário e no campo. Enquanto força hegemônica, coube a ele o principal ônus pela derrota da esquerda em 1964. Após o golpe militar, sua direção majoritária conseguiu se impor e manter a linha política adotada até então. O partido implodiu e jamais se recuperaria das diversas cisões que sofreu (Frei Betto, 1987; Gorender, 1987; Reis Fº, 1990; Reis Fº e Sá, 1985; Ridenti, 1993; e, Silva, 1987).

O PC do B também não escapou da crise geral da esquerda brasileira nos anos pós-golpe. A crítica ao PCB levou-o a adesão à luta armada: influenciado pelas teses maoístas da **guerra popular prolongada** e do **cercos da**

¹ O termo se refere às organizações que surgiram nos anos 60: a Política Operária (POLOP), formada em 1961; a Ação Popular (AP), criada em 1963 a partir do movimento estudantil católico; o PC do B e os trotskistas organizados no Partido Operário Revolucionário-Trotskyista (POR-T). Estas organizações – e o PCB – passaram por um processo de fragmentação no período posterior ao golpe de 1964. A **nova esquerda** não representou uma ruptura absoluta. Embora apresente elementos novos (como a crítica à linha pacifista do PCB, à teoria etapista da revolução brasileira, etc.), manteve pontos de continuidade – principalmente em relação à concepção **marxista-leninista** de partido. Daí, o destaque.

² O controle do aparelho continuou sendo a máxima para forjar as **maiorias** e garantir a política dos dirigentes pró-soviéticos. Neste ponto, o depoimento da filha do legendário Prestes é esclarecedor. Diz ela: “Como é sabido, no 6º Congresso, realizado em 1967, da mesma maneira que no 4º, o que prevaleceu não foi a opinião da maioria dos militantes: ao contrário, diversas organizações que discordaram da orientação do CC foram dissolvidas e impedidas de se fazerem representar na plenária do congresso. Na verdade, continuaram os mesmos métodos, talvez um tanto liberalizados, de imposição de opiniões e ausência do debate democrático”. O próprio Prestes reconheceria estes desvios quando da sua cisão com a maioria. Ver: Anita Leocádia Prestes, *A que Herança os Comunistas devem renunciar?*, **Caderno**, pp.21-22; e, Luís Carlos Prestes, *Carta aos Comunistas*, divulgada em maio de 1980.

cidade pelo campo.

Nos anos 70-80, cerraram fileiras na defesa da transição democrática sem sobressaltos, isto é, sem radicalização do movimento sindical e popular. Tanto o PCB como o PC do B viam o MDB como um espaço privilegiado para a ação política e eram frontalmente contrários a qualquer proposta de construção de um novo partido. Para eles, isso representaria a divisão da frente democrática. Na verdade, como outros grupos menores que estavam fora do MDB, eles se auto-proclamavam o partido do proletariado e, como tal, pensavam retomar o seu papel dirigente tão logo as condições políticas se modificassem.

Embora divergentes quanto à tática e às formas de luta, PCB e PC do B partilham elementos comuns como: a estratégia de frente democrática inserida na concepção etapista do processo revolucionário³; a mesma concepção marxista-leninista do partido de quadros, etc.⁴

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

No final da década de 70 e início dos anos 80, a esquerda passaria por um processo de rearticulação. Nesse período, o PCB enfrentaria outra vaga de cisões.⁵ A turbulência que atingiu o partido parecia superada após a aliança de setores à esquerda em torno do núcleo dirigente contra o que era considerado a ala direita, rotulada de **eurocomunista**.

³Já o 3º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB), realizado em 1928, definiu o caráter da revolução brasileira como “democrática, agrária e antiimperialista”. Esta teoria tem origens nas discussões sobre a questão colonial e nacional no 4º e 5º Congressos da Internacional Comunista, realizados em 1922 e 1924. No 6º Congresso da IC, realizado em 1928, esta temática envolveu, pela primeira vez, os países latino-americanos, genericamente caracterizados como coloniais e neocoloniais. O 4º Congresso do PCB (1954), reafirmou esta tese. Tratava-se de garantir a primeira etapa da revolução brasileira, condição fundamental para garantir a independência do país frente ao imperialismo, realizar o desenvolvimento industrial e superar o latifúndio e os restos feudais, realizando a reforma agrária. Isto abriria o caminho para a segunda etapa, a etapa socialista. Um socialismo que ficava no horizonte longínquo das intenções. Esta concepção marcou a tradição da esquerda brasileira, inclusive as organizações que aderiram à luta armada no período pós-64.

⁴ Esta convergência estratégica se expressou no apoio ao governo Sarney e à **Nova República** e se refletiu ainda na crítica à **Central Única dos Trabalhadores** (CUT), na conseqüente formação de outra central sindical, a **Central Geral dos Trabalhadores** (CGT) e na defesa do pacto social.

⁵ Sua linha política foi questionada abertamente: a começar por Luís Carlos Prestes; pelos **renovadores** (também conhecidos como **eurocomunistas**), liderados por Armênio Guedes e Marco Aurélio Nogueira; a dissidência paulista agrupada em torno de David Capistrano e do jornal **A Esquerda** - muitos dos quais, a começar por Capistrano, terminariam por aderir ao PT; e, pelas dissidências que, em vários estados, formaram os Coletivos Gregório Bezerra..

Essa manobra interna não lograria superar a crise: persistiu o que muitos consideravam como a política de conciliação e de aprofundamento da frente democrática; o velho estilo de direção enviesado por métodos e práticas Stalinistas; a discussão em torno do significado da democracia, da concepção de partido, etc.

No processo de discussão que antecedeu o 8º Congresso, realizado em julho de 1987, as divergências internas ganharam novo alento. As posições da maioria da direção nacional foram duramente criticadas. Havia desde os que apenas pediam a reorientação da política de apoio ao governo Sarney – o que não implicava alteração da sua essência, até os que abertamente questionavam a legitimidade do núcleo dirigente, ou acusavam-no de reboquismo e oportunismo político, cuja expressão seria a defesa da democracia burguesa, a secundarização do partido de quadros, etc.

Esta situação reflete a realidade de um partido dividido da cúpula à base, cuja impossibilidade de conformação de tendências internas facilita a dispersão e dificulta a organização dos indivíduos e setores que poderiam constituir uma alternativa de direção à maioria dirigente.

Estas forças, heterogêneas e descentralizadas, configuram grupos políticos regionais que se articulam em torno de questões pontuais e têm, na crítica, a tática e estratégia predominantes como patamar mínimo para sua aglutinação.

A não apresentação de chapas concorrentes neste Congresso passou a impressão de que, finalmente, o partido construía a unidade e que as críticas foram incorporadas pelo núcleo dirigente. De fato, as resoluções assimilam vários elementos críticos suscitados por setores internos à esquerda – principalmente no balanço autocrítico divulgado pela direção central. Nos aspectos mais gerais, que dizem respeito diretamente à estratégia e à tática democratizante, manteve-se a política anterior. A inflexão à esquerda não foi efetivada: quando muito, houve concessões retóricas e pontuais à esquerda.

A tônica da política pecebista continuaria sendo a garantia da estabilidade do governo e da transição democrática. Esta orientação refletia a política do partido adotada desde os anos 70, centrada no âmbito institucional e na negociação – embora mantivesse a retórica do socialismo e da mobilização das massas (Costa, 1990)⁶.

⁶ O exemplo maior dessa política foi a atitude do partido frente às greves no ABC, quando a direção temeu que esse movimento terminasse por levar o país ao retrocesso institucional e o viu como um risco à abertura política. Essa orientação vigorou até o 8º Congresso. Isto explicaria porque o partido foi o último a abandonar o governo Sarney. Essa é a avaliação da **Esquerda Socialista**, dissidência paulista. Para esse setor, a maioria da direção do PCB não conseguiu

A esquerda pecebista não está isenta de responsabilidade diante desse processo. Galvanizada pela mesma concepção estratégica sobre a revolução brasileira e atada umbilicalmente à burocracia dirigente pelas mesmas referências ideológicas que expressavam o **socialismo realmente existente**, ela corroborou com uma prática que, em teoria, passara a questionar.

O elemento novo que contribuiria para o aprofundamento das divergências entre as diversas forças políticas e as pressionaria a explicitarem e definirem perfis próprios, foi a evolução do quadro internacional. A luta interna, até então contida, enquadrada e assimilada pelo aparato partidário – devido à vinculação do partido a um projeto político-ideológico representado pela URSS – entrou em processo de acirramento e colapso na proporção da evolução da crise no Leste Europeu, ou seja, da crise do projeto referencial. Por isso, o impacto sobre o PCB se daria de forma mais intensa.

O **partidão** repercutiu em seu seio as tendências contraditórias do congêneres soviético. No início, todos apoiaram as medidas propugnadas por Gorbatchov e acreditavam que estas levariam a URSS a recuperar “a sedução e a influência do socialismo no mundo”.(Freire, 1989) Então, o partido apresentava publicamente um aparente consenso. Ainda não haviam surgido as avaliações de que as reformas econômicas e políticas em curso na URSS poderiam levar este país a engatar a marcha ré, isto é, retroceder ao capitalismo.

Todavia, os ventos do Leste solapavam o edifício das antigas verdades e demonstraria que este não era mais do que um castelo de areia. Impulsionadas pelo advento da *perestroika* e a *glasnost*, as diversas concepções presentes no seu interior irrompiam, explicitavam-se e ampliariam cada vez mais a intensidade da polêmica interna.

Na campanha eleitoral presidencial de 1989, Roberto Freire, candidato a Presidente e líder da ala moderada, antecipou a polêmica que se tornaria pública às vésperas do 9º Congresso do PCB: defendeu a renovação do socialismo; admitiu a introdução de mecanismos de mercado na economia socialista; questionou o conceito de democracia adjetivada comum à tradição marxista.

Freire questionou ainda o modelo leninista de partido, o conceito de ditadura do proletariado, a concepção de Estado e de revolução. A maioria da direção pecebista passou a questionar os ícones da ideologia marxista-leninista e a defender teses consideradas modernizantes. Em suma, colocava em xeque a tradição comunista vinculada à III Internacional.

A crítica a essas teses nem sempre representou uma defesa irrestrita da ortodoxia. Será a maior ou menor ênfase na crítica à cultura e prática ortodoxa

avançar na compreensão da realidade do país a partir da década de 70. Isso explica a deterioração da perspectiva revolucionária e a atuação centrada na política institucional e na negociação.

que determinará a heterogeneidade da oposição e os diferentes rumos que seus membros tomarão.

Na dissidência havia o desejo de renovação – com caráter e conteúdo diferenciado da **renovação modernizante** da maioria capitaneada por Freire. Havia ainda elementos autocríticos em relação à práxis do partido nos últimos anos. Embora mantivessem conceitos e concepções ortodoxas, os dissidentes elaboraram uma reflexão crítica sobre o marxismo-leninismo e as experiências do **socialismo real**.

A dissidência que se formou no Rio Grande do Sul, por exemplo, criticou tanto a ala ortodoxa (da esquerda) quanto a ala modernizante liderada por Freire – era a terceira via. Em São Paulo, a **Esquerda Socialista** representou outro setor dissidente que, embora mais próximo aos ortodoxos, também defendia a construção de um caminho alternativo contraposto à “velha burocracia” e aos “modernos”. (Costa, 1990)

A crítica e a autocrítica da oposição objetivavam a articulação dos militantes para “reconstruir o PCB”, qualificando-o para ser a direção da revolução brasileira. Acreditava-se na possibilidade de ganhar a luta interna. O determinante seria os esforços da militância no sentido de “forjar uma nova hegemonia no partido” que gerasse as condições para uma renovação radical. O caminho a trilhar seria o da oxigenação da vida partidária através de várias medidas que fortalecessem a democracia interna, inclusive com o reconhecimento da existência de tendências. (Idem)

As divergências irromperam ruidosamente no processo preparatório do 9º Congresso. Este, realizado entre os dias 30 de maio a 02 de junho de 1991, foi o ponto culminante da polêmica instaurada no interior do partido em torno de questões como a manutenção ou não do nome e símbolos; sua laicidade; o papel que este devia cumprir perante a sociedade; avaliação sobre o socialismo, etc.

O elemento fundante das teses da maioria da direção é a “política de radicalidade democrática”, ou seja, a incorporação da cidadania à modernidade “através do processo democrático e de sua ampliação”. Este conceito tem como base fundamental a concepção da democracia enquanto “valor de caráter universal e radical”, o que pressupõe a valorização desta, sem negar a permanência dos conflitos de classe (DN-PCB, 1991).

Tal conotação exigiu a reformulação da concepção de Estado. O conceito tradicional do Estado como o “comitê executivo da burguesia”, deu lugar à compreensão de que, no mundo atual, o aparelho de Estado “é permeável à ação da sociedade civil e submetido ao seu controle, sendo passível de disputa no jogo democrático por forças sócio-políticas contraditórias” (Idem).

Esta concepção advoga que a “supremacia da sociedade civil sobre o Estado” é um princípio estratégico a ser seguido “infatigavelmente”. Para

tanto, “impõe-se a reforma democrática do Estado para a consolidação da democracia”. De acordo com a DN, “esta é a chave para a democratização da vida nacional e a realização da reforma de estrutura” (Idem).

Esta política não contrapõe reforma e revolução. Assim, as reformas democráticas, à medida que contestam as elites e oligarquias tradicionais, “têm um sentido revolucionário de duplo caráter: elas serão em si uma mudança de estrutura, rompendo a lógica da modernização conservadora; e, por outro lado, colocarão na ordem do dia o socialismo com democracia e liberdade” (Idem).

As lutas pelas reformas possibilitariam ainda a geração de “zonas de rupturas possíveis” que ultrapassariam os “limites do velho reformismo evolucionista”. A revolução adquire um novo significado: um **caráter processual**. O socialismo aparece como resultante da concretização de várias reformas e das diversas rupturas possíveis (Idem)⁷.

A implementação destas teses exigem a renovação radical do partido. Isto significava abandonar a tradicional concepção de partido de quadros e da ditadura do proletariado e o desafio de construir uma nova teoria e organização partidárias. A maioria da DN coloca em xeque a existência do PCB, seu nome, seus símbolos e a tradição histórica que estes encerram.

Para viabilizar este **novo operador político**, a direção defende a realização de um “encontro nacional do qual participem comunistas e socialistas, marxistas ou não, com partido ou sem partido, sem modelos e programas preestabelecidos” (Idem).

Os dissidentes se dividiram em duas chapas: a **Fomos, somos e seremos comunistas**, composta pelo grupo dos **renovadores revolucionários**, rotulados como ortodoxos e liderados por Horácio Macedo, Ivan Pinheiro, Francisco Milani, Juliano Siqueira, Antônio Mazzeo, Edmilson Costa, entre outros.

A outra, **Política de esquerda pelo novo socialismo**, liderada pelo ex-presidente do partido no Rio Grande do Sul, Domingos Tódero, além de Jairo Ferreira e Lauro Hagemann. Embora defenda a manutenção do nome e símbolos partidários, esta chapa se colocou como alternativa às teses social-democratas da maioria e à ortodoxia da minoria, a qual representaria o legado da III Internacional e a herança stalinista. Neste aspecto, a dissidência gaúcha aproximou-se da maioria.

A correlação de forças entre as chapas ficou evidente nas votações. A **declaração política** proposta pela maioria da DN, foi aprovada por 336 votos contra 254 da chapa **Fomos, somos e seremos comunistas** e 45 da chapa

⁷ Esta foi a base teórica para a formação da chapa **Socialismo e Democracia**, liderada por Freire, Sérgio Arouca e Salomão Malina.

liderada por Tódero.⁸

A aprovação da **declaração política** representou a vitória das teses liberalizantes: caíram o conceito de partido único, de ditadura do proletariado e de centralismo democrático. Em seu lugar, o PCB adotou uma nova concepção de Estado, de socialismo e de partido. Uma mudança radical foi a admissão de mecanismos da economia de mercado no socialismo. Por outro lado, foi recusada a tese do partido laico. Mas, com a aprovação das propostas de Freire, tornou-se desnecessário ser marxista para se filiar ao partido.

Agora, o PCB passava a admitir a alternância do poder, o pluralismo e o pluripartidarismo. O papel revolucionário da classe operária enquanto agente histórico de transformação social foi relativizado, descartado como exclusivista. A revolução terminou por ser concebida como um processo de ampliação da participação da cidadania.

A oposição conseguiu manter a existência do partido, seu nome e seus símbolos e ampliou seu peso na Direção Nacional. Contudo, terminado o congresso, ela se viu novamente dividida e em minoria.

Tradicionalmente, o controle da máquina partidária determinou os rumos do PCB. Agora, não seria diferente. Sob o pretexto de encaminhar as resoluções do IX Congresso, a maioria da DN (por 47 contra 17 votos), em reunião extraordinária realizada nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1991, decidiu dar início ao processo de constituição da nova formação política socialista, propondo o diálogo com lideranças, personalidades, forças e partidos vinculados à tradição socialista de vocação democrática. Para tanto, o Diretório Nacional convocou o 10º Congresso do PCB, em caráter extraordinário e aberto à participação dessas forças e partidos.

A maioria da direção nacional argumentou que apenas dava seqüência ao processo inaugurado em 1989, quando o partido teria se colocado o desafio de “renovar a cultura política e a prática da esquerda com propostas modernas e pluralistas” (Coletivo PCB/Florianópolis, 1991: 81).

Anteriormente a essa reunião, ainda em agosto, um grupo de 40 militantes decidiu sair e ingressar no PC do B. Entre os que mudaram de sigla, seis eram membros do Diretório Regional do Rio de Janeiro; outros seis do Diretório Municipal; e os demais pertenciam aos diretórios zonais desse município. À frente desse grupo estava Juliano Siqueira (integrante do DN).

A saída desses militantes demonstra a heterogeneidade da oposição.

⁸ Na eleição para o novo Diretório Nacional, a chapa encabeçada por Freire obteve 54% dos votos dos mais de 600 delegados presentes, ficando com 38 membros efetivos num total de 71 cargos. A outra, liderada por Macedo, teve 36,5% dos votos, elegendo 26 representantes na DN. A chapa de Tódero teve 10,5% e ficou com 7 vagas. Freire foi eleito presidente nacional do partido, substituindo Salomão Malina.

No entanto, mesmo enfraquecida pela perda da ala mais ortodoxa, reagiu de forma imediata e incisiva diante das decisões da maioria: 29 dos seus integrantes, membros do DN, manifestaram o repúdio à postura liquidacionista da ala majoritária e decidiram criar o **Movimento em defesa do PCB**, convocando um encontro nacional com este objetivo.

Em novembro, a oposição sofreu outro golpe. Numa atitude inédita na história da esquerda, Freire registrou no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)** as marcas símbolos do PCB: a foice e o martelo, o nome **Partido Comunista Brasileiro**, a sigla PCB e a expressão **partidão**. O deputado se declarou respaldado pela Comissão Executiva, patrocinadora da decisão. “Um dia depois da nossa transição socialista, poderemos até abrir mão dos direitos”, ironizou. (Gazeta Mercantil, 21.11.1991)

O **Movimento Nacional em Defesa do PCB** entrou com requerimento junto ao INPI solicitando a recusa do inusitado pedido. Na fundamentação, os signatários denunciam que o assunto jamais foi discutido no Diretório Nacional. Afirmam que a atitude do referido deputado colocava em risco a democracia brasileira pois transformavam os partidos em marcas comerciais; que Freire “tem o direito de criar outro partido, mas não o de tentar inviabilizar o partido que renega”. “O legado político e histórico do PCB não é propriedade privada, mas patrimônio do povo brasileiro em geral e dos comunistas em particular”, concluem (Boletim MND - PCB, dez. 1991: 01).

Esse movimento decide ainda participar do 10º Congresso com a “disposição de derrotar o liquidacionismo, manter a mística do **partidão** e reafirmar a atualidade da questão comunista”. Seus organizadores arcaram para si o objetivo de reconstruir o PCB numa “perspectiva da revolução social e política” que se vincula ao socialismo e à luta “pela reunificação dos comunistas e pela unidade das forças do progresso” (*Idem*)

A construção – ou reconstrução – deste partido ganhou novo impulso com a decisão tomada no Rio de Janeiro, em 28 de dezembro, da fundação do **Partido Comunista (PC)** e a conseqüente publicação no Diário Oficial, em 9 de janeiro de 1992, do manifesto, programa e estatutos da nova legenda. O primeiro signatário da relação de fundadores do **PC** foi o arquiteto Oscar Niemeyer.

Em seu manifesto, o **PC** declarava que se orientava teoricamente pelo pensamento de Marx, Engels e Lênin, incorporando a experiência do movimento operário e socialista, nacional e internacional; que seu objetivo era contribuir para uma profunda transformação da situação econômica e social no Brasil e lutar pelo uso do nome **Partido Comunista Brasileiro**.

Nesse mesmo mês, realizou-se no Rio de Janeiro o **Encontro do Movimento Nacional em Defesa do PCB**. Este aprovou a **Declaração Política ao X Congresso do PCB**, a qual reafirma a “bandeira da revolução

brasileira e da conquista do socialismo na perspectiva do comunismo”; defende a “unidade estratégica de todos os comunistas, militantes ou não do PCB” na luta por este objetivo e pela reconstrução do partido; e dirige-se às “forças progressistas e de esquerda”, no sentido de construir um “bloco político capaz de forjar uma nova hegemonia e um movimento nacional” que possa empolgar o povo e conquistar-lhe o apoio político e social (Idem:03).

A concepção de democracia dos dissidentes difere do conceito de “democracia universal” da maioria da DN. A minoria defende a “Democracia Política, que mesmo sendo a expressão das possibilidades da ordem burguesa, foi sempre fruto das conquistas dos trabalhadores”. Nesse sentido, as liberdades democráticas são valorizadas e reafirmadas “não como resultantes intrínsecas ao capitalismo e à ordem burguesa, mas sim como fruto das lutas populares e sociais travadas ao longo do tempo”. Para estes, é nesta perspectiva que “a democracia se desnuda e transmuta”, adquirindo “um valor estratégico, tanto na luta anti-capitalista quanto no caminho da construção e desenvolvimento da sociedade socialista” (Idem).

Em relação à luta parlamentar, os organizadores do PC a vêem “como um dos caminhos possíveis na construção do socialismo”. Mas não acreditam no socialismo “apenas pela via parlamentar, pois esta não esgota a luta política”. Para eles, “o eixo das transformações está nas lutas sociais e na organização do povo” (Idem).

Os dissidentes defendem uma renovação que reafirme o legado marxista, mas que, por outro lado, represente uma ruptura definitiva “com os métodos burocráticos, antidemocráticos e deformadores da vida do partido, bem como com as velhas interpretações de cunho pequeno burguês, que levaram o partido à conciliação de classes e ao distanciamento das massas trabalhadoras” (Idem).

Desta forma, o projeto do novo PCB pressupõe o resgate do “verdadeiro conceito do centralismo democrático” com a restauração da democracia interna, a qual terá como base “valores éticos” e prevê a constante renovação dos quadros dirigentes. (Idem: 07) ⁹

O PCB almeja construir-se enquanto um partido marxista e revolucionário, um partido de quadros e de massas: “de quadros que construam o partido” e tenham “qualidade para impulsionar o movimento de massas”; de massas porque almeja ampliar a “quantidade de militantes e filiados”. Não será um partido laico, mas estará “aberto a todos que aderirem ao seu programa e estatutos, independente de suas crenças e convicções religiosas” (Idem).

⁹A declaração afirma: “A unidade de ação será alcançada à base da exaustão da discussão, do convencimento das minorias e do respeito por elas, da circulação vertical e horizontal das informações e da disciplina consciente”.

Os **renovadores modernizantes** e os **renovadores revolucionários** formalizavam assim mais um episódio de fragmentação da esquerda: os primeiros, maioria dirigente capitaneada por Roberto Freire, formam o **Partido Popular Socialista (PPS)**; os segundos, reorganizam o **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**.

O PCB reorganizado

O novo PCB expressou a heterogeneidade dos setores que levaram adiante o projeto de reconstrução do partido, determinada pela maior ou menor ênfase no tocante à ortodoxia marxista-leninista. Nesse processo, se mesclaram influências que iam do stalinismo ao luxemburguismo, passando por Lukács, Gramsci e o próprio Trotsky. Nesse sentido, o PCB rompeu com o monolitismo teórico-ideológico que marcou a tradição anterior.

Contudo, se por um lado o cisma que lhe deu origem delimitou as posições e concepções políticas e teóricas, por outro não superou em definitivo os impasses gerados pela crítica e autocrítica em relação ao **socialismo real** e a todo o arcabouço que lhe deu sustentação por várias décadas.

As teses aprovadas na conferência nacional refletem estes impasses. De um lado, defende a URSS e o Leste Europeu; exalta as conquistas sociais, econômicas e culturais do socialismo e o seu papel “internacionalista e progressista”. De outro, reconhece a importância do “fator democrático”, os erros gerados pela “transfiguração do caráter do poder popular dos soviets” e pelo imbricamento das funções do Estado e do Partido, que provocou a “alienação das massas” e transformou a ditadura do proletariado na ditadura do partido único (PCB, 1993: 06-11).

Até aqui temos uma avaliação aparentemente consensual que extrapola o âmbito do PCB. As contradições aparecem quando se parte da análise do significado das experiências socialistas para as proposições políticas (teóricas e práticas). É o que podemos observar quando as teses aprovadas, ao pretender valorizar “as contribuições importantes do movimento operário”, coloca no mesmo plano personagens díspares e até mesmo antagônicos (como Stálin, Trotsky, Kautsky, Bukharin, Gramsci, Lukács, Althusser e marxistas da atualidade) e sintetiza “toda esta herança de lutas e todo o pensamento acumulado” na expressão **marxismo-leninismo**. Isso não é empecilho à defesa do rompimento com o “discurso apologético e laudatório que durante decênios foi o marxismo oficial da URSS” (Idem: 20, 27).

A contradição entre o discurso autocrítico e a manutenção dos ícones ortodoxos *marxista-leninistas* explicitam-se ainda quando as teses defendem, enquanto ponto programático, o “estímulo às relações econômicas e culturais com a China e os povos do Oriente que continuam a construir o socialismo”

(*sic.*) Ou, quando professam o apoio e solidariedade aos “camaradas que constroem o socialismo” nos países do antigo bloco socialista, apoio efusivamente estendido a Honecker, ex-presidente da ex-Alemanha Oriental (Idem: 26-32).

Por outro lado, a formulação estratégica do PCB reflete o esforço em romper com a concepção etapista da revolução brasileira, tão cara ao velho **partidão** e à tradição stalinista. A etapa “democrática, nacional-burguesa” deu lugar ao conceito de hegemonia da classe operária e dos trabalhadores do campo, condição considerada imprescindível para a “ruptura do sistema social vigente” e para a abertura do “caminho para a implantação do modo de produção socialista” (Idem: 27-28).

Esta estratégia de conquista da hegemonia pressupõe a formação de um “bloco progressista, democrático, de esquerda”, cujo governo teria a função de abrir “o período de transição para a construção de uma sociedade socialista, fazendo a base material para esta transformação” (Idem).

Ela resulta da compreensão da sociedade brasileira, cuja análise determina o caráter da revolução “democrático e socialista, com tarefas antiimperialistas, antilatifundiárias e antimonopolistas”. Nesse aspecto, aproxima-se da consigna do **governo democrático e popular** – ainda que com ênfase diferenciada. As formas de luta para a consecução desse processo seriam diversas e até mesmo imprevisíveis. Elas se relacionam com a conjuntura, a cultura do povo, sua trajetória, etc (Idem: 22-29).

A conquista da hegemonia na concepção do PCB difere da “via reformista-evolutiva, que acredita só ser possível a revolução pela via pacífica” - uma referência à tese da **revolução processual**, defendida pelo PPS - e, simultaneamente, rejeita o “doutrinarismo esquerdista que absolutiza a luta armada” (Idem).

O PCB não contrapõe reforma e revolução. Concebe a primeira como parte do processo revolucionário, um estágio necessário à acumulação para a ruptura. Sua organização se espelha no modelo marxista-leninista de partido, regido pelo centralismo democrático. Num esforço autocrítico, suas teses condenam o “partido monolítico, impermeável às divergências, intolerante e dogmático”. Porém, considera incompatível a “articulação de tendências nos órgãos dirigentes” com o centralismo democrático (Idem: 21-22).

Em 26 de março de 1993, o **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** institucionalizou o divórcio comunista, aprovando, por unanimidade, o registro provisório do Partido Comunista. O **PPS**, alegando ser o herdeiro legal do PCB, tentou impugnar: perdeu. Em 16 de maio de 1996, a presidenta do partido, Zuleide Faria de Melo, recebeu a comunicação oficial do TSE: o PCB

conquistara seu registro.¹⁰

Partido Comunista do Brasil (PC do B)

No início de 1987, o PC do B abandonou a política de **apoio crítico** ao governo Sarney e passou à oposição. Esta mudança não significava qualquer ruptura com a concepção etapista, nem muito menos com a estratégia da frente democrática. Seu 7º Congresso, realizado em maio de 1988, em São Paulo, referendou a nova tática política, readequando a atuação partidária às mudanças na conjuntura nacional.

No plano da estratégia, não houve grandes modificações. No entanto, já se esboça nuances que apontam para mudanças em suas formulações. A elaboração da estratégia partia da premissa de que “as transformações capitalistas produzidas no país (...) não modificaram, no fundamental, a existência de duas etapas estratégicas da revolução no Brasil”. Conseqüentemente, as tarefas nacional e democráticas, antiimperialistas e antilatifundiárias se mantinham atuais. Como extensão da luta antiimperialista, acrescentou-se uma terceira tarefa: o combate à antiga burguesia nacional que, “devido ao processo de concentração e monopolização do desenvolvimento capitalista no Brasil, transformou-se, em grande parte, em grande burguesia monopolista aliada ao capital estrangeiro” (DN-PC do B, 1989: 27-28).

Ao analisar o capitalismo brasileiro, o partido concluiu que este gerou uma economia heterogênea, convivendo estágios de desenvolvimento desiguais, mesclando formas de propriedades atrasadas com relações sociais mais avançadas. Estas transformações, admitiu o PC do B, provocaram modificações no caráter da primeira etapa e na relação entre esta e a segunda.

As tarefas democráticas e nacionais, próprias da primeira etapa, não mais poderiam se efetivar “nos marcos do sistema capitalista ou por governos burgueses”. Para o PC do B, “a sua completa realização só será possível com um governo democrático-popular a caminho do socialismo”. Agora, estas tarefas se entrelaçam “com a luta popular e de certo modo anti-capitalista (que) atua no sentido de aproximar **as duas etapas** da revolução e facilitar a **passagem mais rápida** à segunda etapa” (Idem: 62).

A formação do governo democrático-popular e, conseqüentemente, a realização da primeira etapa, orienta-se por um programa de caráter nacional, democrático e popular, expressão das forças sociais que deverão compor o governo. A conexão deste programa estratégico com a tática se daria pelo

¹⁰Em março deste ano, o PCB realizou seu 11º Congresso – que foi precedido de uma Conferência Política Nacional, realizada em outubro de 1995. Simbolicamente e de forma proposital, o congresso teve início no dia em que o velho partidão faria 74 anos. O PCB comemorou. O PC do B também!

estabelecimento de um programa de ação imediata pela democracia, pelo progresso e pela independência nacional.¹¹

Este Congresso passou incólume diante das transformações que se processavam no âmbito internacional. Manteve sua postura histórica em relação ao movimento comunista internacional: a crítica ao revisionismo soviético, a defesa de Stálin e do stalinismo¹² e o alinhamento com a Albânia – considerada como o **bastião do socialismo**.

A *glasnost* e a *perestroika* foram caracterizadas como uma “nova versão e nova ofensiva do revisionismo soviético contra o movimento revolucionário”, cuja idéia central seria a negação da luta de classes, da revolução e do materialismo histórico. Na análise do PC do B, Gorbatchov exalta as “leis objetivas do sistema capitalista”. Se no período anterior havia um “capitalismo semi-camufado” na URSS, agora estaria “às escâncaras” (Idem: 170).

Essas posições foram referendadas pelo novo estatuto, aprovado no congresso. Segundo este, os objetivos finais do partido são o “socialismo e a edificação da sociedade comunista”. Para atingi-los, guia-se “pela teoria científica elaborada por Marx e Engels e desenvolvida por Lênin e Stálin”. (*sic.*) Sua organização se fundamenta na concepção marxista-leninista, isto é, na reafirmação do centralismo democrático (Idem: 100-101).

O anti-revisionismo do PC do B, isto é, anti-sovietismo, funcionou como um pára-raios contra a tempestade que varreu o Leste Europeu e proporcionou uma travessia menos traumática na grande onda em que afundava o **socialismo real**. Porém, este antídoto contra a influência burguesa e pequeno-burguesa – como é em geral caracterizada toda e qualquer crítica passível de minar a unidade do partido – não resistiu à evolução da realidade.

Se no plano nacional teve que assimilar os desdobramentos da transição conservadora e mudar a tática – e mesmo ensaiar a reelaboração da teoria

¹¹Com base nessa compreensão estratégica, o 7º Congresso definiu a política de alianças adotada nas eleições municipais de 1988 e, sobretudo, nas eleições presidenciais de 1989. Foi adotada uma orientação tática para “influir no surgimento de um concorrente democrático e progressista, capaz de reunir o apoio da esquerda e também do centro e que facilitasse a criação de um amplo e combativo movimento democrático, nacional e popular”. (Esta nova linha política também se refletiria em sua atuação sindical, numa maior aproximação com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

¹² Contra os críticos de Stálin e do Stalinismo, o PC do B, em maio de 1988, afirmava: “Stálin substituiu o insubstituível chefe da revolução, Lenin, e não sucedeu nada do que é alegado. A URSS continuou avançando. A causa real da estagnação e do atraso atual está no abandono do socialismo e na volta ao capitalismo. (...) Referir-se a Stálin, à sua obra, à sua contribuição científica é falar do socialismo que ele defendia e construía com sucesso. O ataque raivoso ao dirigente máximo da fase da construção socialista é, na realidade, a investida colérica contra a ditadura do proletariado” (*In idem*: 170).

etapista – logo, ele seria pressionado a reavaliar criticamente as verdades absolutas e unilaterais que cultivara sob o período stalinista.

No início de 1991, o IX Pleno do Comitê Central decidiu antecipar o 8º Congresso.¹³ Os ventos do leste transpassaram as muralhas da ortodoxia marxista-leninista e colocaram o partido diante da necessidade de debater os problemas relativos ao socialismo e às perspectivas da luta revolucionária no Brasil e no mundo.

Simultaneamente à convocação desse Congresso, o CC apresentou suas teses para o debate. A primeira tese, dedicada exclusivamente à questão do socialismo, representava um esforço de sistematização e síntese da evolução do marxismo-leninismo e das experiências socialistas. A segunda enfocou o caráter do capitalismo, através da análise da situação internacional e nacional diante da decadência da URSS e da crise dos países socialistas. A última reafirmou a concepção marxista-leninista de partido, o centralismo democrático, o princípio de direção única, etc.

As páginas da **Tribuna de Debates** – editada quinzenalmente – foram uma demonstração viva e objetiva da riqueza do debate político-ideológico desse período. Discutiu-se abertamente e com espírito autocrítico temas e questões até então intocáveis e inquestionáveis.

Houve, por exemplo, a autocrítica do culto à personalidade e a proposta de ruptura com a tradição stalinista. Isto ficou evidente com o paralelo traçado por Martins entre o PCUS sob o domínio de Stálin e o PC do B:

E se fomos tão cegos é porque o stalinismo estava também **dentro de nós**. Nunca criamos, é verdade, uma oligarquia econômica. Mas reproduzimos a maior parte das atitudes **ideológicas** do PCUS. Como ele, acalentamos uma visão mecanicista do desenvolvimento da História e uma imagem messiânica sobre nós mesmos (...). Como ele, desprezamos a necessidade de estudar, entender e aprender com o povo e a realidade brasileira; eles é que devem adaptar-se a nossos manuais. Como ele, somos bem pouco tolerantes a divergências. Como ele, desenvolvemos (...) uma hierarquia rígida e limites à autonomia intelectual; nossas bases foram acostumadas não a pensar por conta própria, mas a aplicar a política formulada pelo Comitê Central e transmitida por direções intermediárias que às vezes não cultivam nem humildade nem disposição ao debate (Martins, 1991: 06).

Estas palavras expressam o sentimento autocrítico que permeou o partido nessa fase e sintetiza a evolução histórica do mesmo. Ainda nessa senda, alguns artigos identificaram a resistência e a incapacidade de setores partidários, a começar pela direção central, em aceitar os novos rumos e ensinamentos da história e a se reciclar.

Campos, por exemplo, observou que esta dificuldade era tão acentua-

¹³ Estatutariamente, o 8º Congresso deveria realizar-se em 1993.

da que, “mesmo quando alguma retificação é inevitável, persiste a auto-suficiência característica de quem se considera dono da verdade”:

A nova posição aparece repentinamente em um documento ou em um artigo de nossos órgãos de imprensa, como se nenhuma mudança tivesse ocorrido e como se o reconhecimento do erro pudesse comprometer a imagem da direção. Assim é que, de “vitrine da burguesia”, a mesma Cuba transformou-se, como num passe de mágica, em referência da classe operária, para citar apenas um exemplo (Campos, 1991: 18).

Foi no terreno da organização que a autocrítica em relação ao stalinismo – mesmo quando não foi assumida – se evidenciou objetivamente. Borges admitiu que o partido herdou os “aspectos negativos” do PCUS “deformando o modelo leninista de organização”:

Em vários artigos e em algumas palestras da fase preparatória do congresso, a herança negativa ainda se faz presente. Alguns companheiros da direção, por exemplo, insistem em falar sobre “o perigo da influência burguesa em nosso meio”. É como se, no íntimo, propusessem restringir o debate interno para evitar o risco da destruição do partido. Além disso, observa-se uma nítida resistência às opiniões divergentes. É a velha história do “desvio ideológico”, como se fossem portadores da verdade final, os juízes da história (Borges, 1991: 12).

Esse depoimento, além de representar outra importante contribuição ao esforço de adaptação do partido à nova realidade mundial, permite-nos identificar a permanência da herança stalinista, a qual muitos se apegavam na tentativa de manter o partido na trilha anterior. Os métodos e argumentos utilizados são conhecidos. A novidade estava em personalidades importantes do partido fazerem afirmações deste quilate e permanecerem em suas fileiras.

Os anseios democráticos se manifestaram amplamente: mesmo os destacados membros da direção admitiram a necessidade de modificações estatutárias e comportamentais que possibilitassem a flexibilização da organização, desde que mantivessem o caráter revolucionário e o seu papel de vanguarda.

Por outro lado, retomou-se a discussão sobre a importância da democracia socialista, questionando-se outro cânone da ortodoxia stalinista: o partido único. Como afirma Joffily:

Se a luta de classes continua no socialismo, é melhor que se expresse às claras, o que exige disputa aberta entre os partidos políticos. A hegemonia por decreto, o sistema de partido único, mostrou-se um presente de grego para o comunismo. É hora de fazer a crítica marxista-leninista do partido único (JOFFILY, 1991: 11).

Analisando a experiência soviética, Joffily conclui que “o partido único atrapalha muito mais do que facilita a experiência e construção do socialismo e da ditadura do proletariado”. Ele admite mesmo uma pluralidade que incluía “partidos pequeno-burgueses, oscilantes ou burgueses, reacionários, hostis, inimigos”. Para ele, “o limite é o respeito à legalidade socialista e à soberania nacional” (Idem).

Esse debate provocou uma inflexão na formulação tática-estratégica baseada na teoria etapista. Passou-se, então, à autocrítica dessa tradição, à qual imbuía o reconhecimento dos equívocos táticos, principalmente no que dizia respeito à política de alianças.

Por outro lado, muitos reafirmaram o etapismo. Para o dirigente nacional Euler Ivo, “a revolução socialista brasileira em duas etapas não é uma invenção e vontade do PC do B, mas determinada por uma realidade objetiva”. Contudo, também ele admite a necessidade do partido redirecionar a tática, tendo como eixo central a aglutinação dos setores antiimperialistas. Isto pressupõe a ampliação do leque de alianças que, nas suas palavras, deveriam ser “ainda mais vastas que durante os últimos 25 anos, para tristeza e sofrimento dos petistas enrustidos dentro do PC do B que sempre vacilam quanto à (nossa) tática” (Ivo, 1991: 05).

Ainda que as posições apresentadas até aqui tenham um caráter individual – já que o PC do B não admite o direito de tendência – elas não estão absolutamente isoladas no contexto do debate que precede o 8º Congresso. De fato, as resoluções adotadas por este conclave expressam os elementos polêmicos e assimilam muitas formulações críticas e autocríticas.

O 8º Congresso se realizou entre dias 3 a 6 de fevereiro de 1992, em Brasília. Neste, os 518 delegados aprovaram o informe político apresentado por João Amazonas, o qual reafirmava a antiga tese de que a URSS deixara de ser socialista a partir de fins da década de 50, quando teria caído sob o domínio dos “revisonistas contemporâneos”, representantes da tendência “anti-socialista, de cunho liberal-burguês”, liderada por Krushev. De acordo com essa análise, foi a partir deste momento que se iniciou a “transição gradual de volta ao capitalismo”, a qual teria levado a URSS e o Leste Europeu aos resultados catastróficos observados na atualidade (Amazonas *et alii*, 1992: pp. 37-38).

Não obstante a permanência da caracterização tradicional, o texto resolutivo inovou ao assumir, no balanço sobre a época socialista, que as análises anteriores não teriam tratado do período de construção do socialismo, isto é, os anos sob domínio de Stálin. Agora, o PC do B reconhecia que, mesmo no tempo do todo-poderoso Stálin, ocorreram fatos que levaram à degeneração e deformação da sociedade e Estado soviéticos. Este, pouco a pouco, sofrera alterações no seu conteúdo democrático e popular “ainda que mantendo seus

propósitos de defesa do interesse do proletariado e da Revolução (*sic.*), converteu-se num órgão burocrático afastado das massas” (Idem: 42-44).

Embora o partido reconheça os aspectos negativos do período stalinista, a tônica que prevalece é a reafirmação do papel positivo que o “guia genial dos povos” teria desempenhado na “construção do socialismo”. Simultaneamente, as resoluções não consideram o stalinismo enquanto corrente de pensamento teórico-político presente no interior do movimento comunista internacional. Para o PC do B, não existe a categoria stalinismo. Na sua avaliação, “o ataque ao stalinismo tem sido um artifício para introduzir idéias revisionistas e, fundamentalmente, tem levado ao anticomunismo” (Idem: 49).

O partido recusa tanto o epíteto de stalinista quanto o de anti-stalinista. Afirma que a figura de Stálin deve ser avaliada no plano histórico. Isto é, como um líder que esteve à frente da luta revolucionária e que, enquanto tal, teve “méritos incontestáveis” mas também “cometeu erros que prejudicaram a causa do proletariado” (Idem: 49-50).

No debate interno, esta foi uma das questões mais difíceis. A própria resolução expressa uma ambigüidade que se explica pelos valores impregnados na práxis da militância, desde a base até a cúpula – especialmente entre os mais velhos. Há uma dificuldade em romper plenamente com esse passado. De qualquer forma, o partido aprovou a retirada de qualquer referência à Stálin em seus estatutos.

Diante da ofensiva anticomunista, o documento considera essencial a reafirmação dos princípios. Assim, o partido declara que permanece “partidário inabalável da teoria do marxismo-leninismo” e dos conceitos que esta comporta (Amazonas *et alii*, 1992: 52-54). O partido procura manter os princípios, encarando o desafio de superar os erros do passado.

Por outro lado, admite que o marxismo-leninismo passa por uma crise, caracterizada pela dispersão teórica, pelas vacilações e contestações aos “princípios essenciais da doutrina marxista”. A superação dessa crise seria a “grande tarefa histórica da atualidade” e pressupõe o desenvolvimento da teoria marxista, ou seja, a sua atualização (Idem: 96)

As resoluções congressuais não aprofundam a avaliação sobre o **socialismo albanês**. Apenas registra que o “balanço crítico da experiência do socialismo na URSS” fornece os elementos para o estudo e a compreensão do processo que resultou na capitulação do Partido do Trabalho da Albânia (PTA). Dessa forma, é negada a referência albanesa sem entrar em maiores detalhes (Idem: 95).

O novo curso político da liderança albanesa foi caracterizado por Amazonas como “uma vergonhosa capitulação”. “Os dirigentes albaneses mudaram de campo. Servem, hoje, às forças anticomunistas, desprezam o socialismo, repudiam a revolução”, diria o dirigente máximo do PC do B (Amazo-

nas, 1991a: 12).

A crítica aos rumos desencadeados pelas transformações políticas no Leste Europeu, levaria o partido a adotar posições polêmicas como, por exemplo, saudar o golpe de Estado na URSS, em agosto de 1991, como “um acontecimento alvissareiro”. Opositor, desde o início, à política de Gorbachov, o presidente do partido avaliou que a derrubada do dirigente soviético interrompia um “processo regressivo” de restauração capitalista. Este seria um passo importante para a retomada da “caminhada pela reconquista do socialismo” (Amazonas, 1991b).

Diante das reações negativas, a Comissão Executiva Nacional, reunida em 28 de agosto, analisou o **acontecimento alvissareiro**. A CEN reafirmou o significado restaurador e contra-revolucionário de Gorbachov e Yeltsin. Sua crítica não residia na tentativa de afastamento deste, mas na incapacidade dos golpistas em expressarem as aspirações das forças progressistas e de não terem condições de “restaurar o curso socialista”. “Por isto, inclusive, o levante malogrou”, observou. Desde o primeiro momento, o PC do B “soube distanciar-se da campanha imperialista pró-Gorbachov. Compreendeu igualmente que não seria por um atalho golpista que se retomaria o caminho socialista”, concluía a cúpula comunista (CEN - PC do B, 1991)¹⁴.

Não menos polêmica foi a nova posição do partido em relação à China. Caracterizada anteriormente como **social-imperialista**, agora é saudada pela direção nacional do PC do B, a qual, entre 1989 e a realização do 8º Congresso, passou a reconhecer o fortalecimento do socialismo naquele país e a sua importância na luta antiimperialista.

A exemplo da reaproximação com a China – com quem havia rompido nos anos 70 – o PC do B reavaliará sua política em relação a Fidel Castro e Cuba. O dirigente máximo cubano, que no passado recebeu adjetivos nada apreciadores – por sua ligação com o **revisionismo** de Moscou – agora é saudado como dirigente revolucionário. A Cuba, antes capitalista, readquire o status de socialista, “alento para os povos de todo o mundo” (Classe Operária, março de 1993)

A ruptura com a Albânia indicou a adoção de uma nova política inter-

¹⁴Este assunto seria retomado pelo Comitê Central que, reunido nos dias 13, 14 e 15 de setembro, adotou mais uma resolução sobre o tema: “O Partido Comunista do Brasil considera que o centro das atenções e o alvo do posicionamento das forças revolucionárias diante da nova situação criada com a crise de poder na URSS não está no “apoio” ou no “não-apoio” ao golpe, questão de forma e de avaliação da correlação de forças internas na URSS. Mas é evidente que a condenação ao golpe, tal como foi feita pela reação mundial, a social-democracia e as correntes **socialistas** pequeno-burguesas, equivaleu a um apoio explícito a Gorbachov” (In: CC do PC do B). Os acontecimentos anticomunistas na URSS: Resolução da 13ª sessão plenária do CC do PC do B. São Paulo, 15 de setembro de 1991 (A Classe Operária, 15.09.1991).

nacional que buscava rearticular e reaglutinar as forças marxista-leninistas e socialistas. O congresso afirmara a necessidade de envidar esforços no sentido de um maior engajamento com as forças decididas a levar adiante a causa revolucionária, destacando a China, a Coreia do Norte, o Vietnã e Cuba e os partidos marxista-leninistas de diversos países – inclusive o PCB e o MR-8 no Brasil.¹⁵

O estreitamento dos novos laços internacionais foram reforçados com a viagem de Amazonas e outros dirigentes do partido à Coreia do Norte, onde participaram da festa de aniversário do **grande líder** Kim Il Sang, que completava 80 anos.¹⁶ Neste país, Amazonas assinou a **Declaração de Pyongyang**, firmada por 71 partidos e organizações. O documento admite que o “socialismo fracassou em alguns países” (*sic.*) Este fracasso é explicado pelo “fato de que nesses países não se instaurou uma infra-estrutura social em conformidade com as exigências intrínsecas dessa sociedade e não foi construída de acordo com a teoria científica do socialismo” (PC do B *et alii*, 1992).

Contudo, reafirma a superioridade do socialismo e realça o caminho específico de cada país e partido nacional na sua construção, respeitando-se suas realidades próprias. Esta seria a **valiosa lição** tirada das experiências vividas. Por fim, conclama-se todos os partidos a estreitarem os laços de “unidade internacional na luta pelo socialismo”, causa considerada “invencível” (Idem).

Quanto à estratégia, esse Congresso representou um marco sem precedentes na história do PC do B. Pela primeira vez, o partido fez a autocritica das formulações teóricas adotadas até então. Agora, admite que “a caracterização geral das etapas da revolução era marcada por certo esquematismo que resultava, na prática, em separar mecanicamente as revoluções” (Amazonas *et alii*, 1992: 64).

¹⁵A reorganização do movimento comunista latino-americano – de inspiração majoritariamente marxista-leninista – ganhou impulso com a realização, em novembro de 1990, no México, da Reunião de Partidos Comunistas e Movimentos Revolucionários. Ocorreram ainda outros encontros semelhantes: a realização, em agosto de 1992, do Seminário em homenagem a Che Guevara (convocado pelo MR-8, PCB e o PC do B, com a participação de Nina Andreiva e outros representantes de organizações comunistas da ex-URSS). Destaca-se ainda os seminários realizados em Quito (Peru), em março de 1992 e fevereiro de 1993. Inserido nesse contexto de reorganização do movimento comunista internacional, realizou-se, logo após o 8º Congresso, uma reunião com a participação de 24 partidos comunistas que haviam enviado delegações ao evento brasileiro.

¹⁶De passagem por Pequim, Amazonas foi recebido por representantes do Partido Comunista Chinês; na Bélgica, a convite do Partido do Trabalho, participou das comemorações com Nina Andreiva, presidenta do Partido dos Bolcheviques de Toda a União Soviética; em Lisboa, o líder brasileiro manteve contato com o Partido Comunista (Reconstruído) e com Álvaro Cunhal, presidente do Partido Comunista Português (PCP).

A reelaboração da estratégia partiu de alguns pressupostos cuja fundamentação básica foi a semelhança do desenvolvimento capitalista no Brasil com o **caminho prussiano** na Alemanha. De acordo com esta tese, a penetração do capitalismo no campo ocorreu a partir do “aburguesamento do latifúndio, e não pela ruptura com o velho modo de produção”. Nesse caso, a indústria cresceu impulsionada pelo capital estrangeiro e, por isso, limitada em sua capacidade de desenvolver uma tecnologia própria. Esta via tortuosa teria colocado entraves ao desenvolvimento econômico brasileiro e mantido o monopólio da grande propriedade. O resultado foi “uma estrutura econômica incapaz de assegurar a autonomia do país e um mínimo de bem-estar aos brasileiros” (Idem: 65).

Essa análise levou à conclusão de que a revolução burguesa no Brasil teria se realizado através da conciliação da burguesia com o latifúndio e o imperialismo. Apesar do caráter vacilante da burguesia, ela fora empurrada pelas contradições do próprio capitalismo.

É a partir desta avaliação do que seria a particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro que o PC do B vai afirmar o **caráter socialista da revolução** em nosso país:

Objetivamente, o que o Brasil necessita é passar ao socialismo, criar um governo socialista, dirigido pelas forças mais avançadas da sociedade, por partido ou partidos, que tenham por base uma teoria científica, revolucionária. (...) Em termos de estratégia política, esse é o objetivo maior que persegue o *Partido Comunista do Brasil* (...) na atualidade. Somos socialistas e lutamos, desde já, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria (Idem: 31).

Na concepção do partido, a luta pelo socialismo, **desde já**, considera a particularidade do desenvolvimento dependente do capitalismo no Brasil e suas deformações estruturais. Ao mesmo tempo, procura o entrelaçamento com as tarefas inconclusas de caráter democrático e nacional.

A consecução dessas tarefas é concebida enquanto parte integrante da revolução socialista. A defesa da soberania nacional, a criação de bases para uma economia nacional autônoma, com a reorganização e a reorientação da produção industrial e agrícola, bem como a democratização da nação, são objetivos inseparáveis da “ação conseqüente” pelo socialismo. Em suma, a realidade da luta pelo socialismo no Brasil determina as “particularidades das etapas” de sua construção e “influenciam **como abordar** a revolução, mas não caracterizam uma etapa separada do socialismo” (Idem: 64-65).

Para o PC do B, a luta pelo poder socialista não contradiz a política de amplas alianças propugnadas pela tática. A frente antiimperialista aparece, então, como um elemento complementar.

Sem dúvida, a redefinição da estratégia constituiu um dos pontos mais

elevados desse Congresso. Contudo, os delegados reconheceram a necessidade de aprofundar a discussão sobre essa questão. Tendo em vista que a nova formulação exigia a modificação do programa, o congresso aprovou a realização de uma conferência nacional.¹⁷

O informe considerou que os debates enriqueceram a compreensão do conjunto partidário e representaram um saldo positivo. Não obstante a polêmica, a divergência é encarada como o “reflexo inevitável da luta de classes no terreno das idéias”. O CC situa o debate interno como o “choque de opiniões entre a coerência leninista, proletário-revolucionária e a tendência pequeno burguesa oportunista, ainda que não caracterizado formalmente”. Alerta, no entanto, que determinadas opiniões não estão inseridas nesta classificação pois, nesse caso, “retratam a limitação teórica e ideológica ou dificuldades de compreender o alcance das mudanças verificadas” (Idem).

As posições **anti-leninistas** – que o PC do B acredita estarem camufladas em seu seio – estariam refletidas na negação do centralismo democrático; na oposição ao centro único de direção; na rejeição do caráter de vanguarda do partido; na defesa de um democratismo pequeno-burguês que prega a convivência pacífica, no âmbito interno, das idéias marxista-leninistas com idéias social-democratas e anarquistas. Em resumo, o Congresso reconhece a polêmica e a existência de opiniões extremamente diferenciadas – ainda que todos se declarem de acordo em relação aos princípios.

As mudanças adotadas pelo Congresso se expressam também no campo da organização. Neste sentido, foram aprovadas várias mudanças estatutárias cujo objetivo era “aprofundar a democracia interna e aprimorar a aplicação do centralismo democrático”. Para isto, a resolução sobre as questões de

¹⁷Em 1993, o PC do B tornou público seu Projeto de Programa Socialista, elaborado por uma comissão do Comitê Central. Os membros da comissão eram: João Amazonas, Renato Rabelo, Haroldo Lima, Edson Silva, João Batista Lemos, Olival Freire e José Reinaldo Carvalho. Esse projeto foi aprovado pela 6ª Reunião Plenária do Comitê Central, realizada entre os 4 a 6 de setembro de 1993, em São Paulo. Ver: Projeto de Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil. **A Classe Operária** (Suplemento Especial), 27.09 a 10.10.1993. A formulação deste projeto se insere no esforço partidário de redefinição da sua política, estratégia e tática, desencadeado pela crise do socialismo real. Ele reafirma os princípios basilares do PC do B e sua crença na superioridade e na inevitabilidade do socialismo. Simultaneamente, busca compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista e da sociedade brasileira. Esse processo de discussão programática foi coroada com a aprovação de um novo programa partidário, na 8ª Conferência Nacional, realizada em dezembro de 1995, em Brasília, com a participação de 213 delegados indicados pelas instâncias regionais do partido e os membros do Comitê Central. A 8ª Conferência Nacional reafirmou o essencial do projeto de programa socialista.

organização considerou oportuno “situar as insuficiências objetivas e os fenômenos ligados à trajetória do movimento comunista, sistematizando o exame científico e crítico das várias experiências no campo da IIIª Internacional, situando os fatores negativos ligados à vida dos PCs, que contribuíram para a derrota da primeira experiência socialista” (Idem: 101).

A direção do partido fez questão de ressaltar a unidade partidária no processo congressual. De fato, não se formaram correntes e tendências em seu interior – aliás, isto seria inadmissível pelo centralismo democrático. Comparativamente ao que aconteceu com outras organizações e partidos de esquerda nessa fase, o PC do B saiu praticamente ileso diante da tempestade: manteve intacta a base teórica, política-ideológica que sempre lhe deu sustentação.

No entanto, sua organização, ainda que não tenha sido impactada por cisões de grande monta, teve perdas importantes: na Bahia, perdeu a deputada estadual Maria José Rocha e a deputada federal Lídice da Mata. No Amazonas, houve o desligamento do vereador João Pedro, que aderiu ao PT. No Rio de Janeiro, Edson dos Santos, seu único vereador à época, após 14 anos de militância, deixou o partido e também se filiou ao PT.¹⁸

Também ocorreu o inverso: a adesão de militantes oriundos de outras organizações – inclusive do PT. O caso mais significativo foi a filiação de aproximadamente 70 ex-militantes do ex-PCB do Rio de Janeiro. À frente deste grupo se destaca a liderança de Juliano Siqueira e de ex-integrantes da executiva regional do PCB, como Demétrio de Araújo, da executiva municipal, Fernando Pardellas e do diretório municipal, Ana Thompson.¹⁹

Conclusão

Podemos observar que o Partido Comunista Brasileiro foi o mais atingido nesta conjuntura. Sua estreita relação com a ex-URSS e com as burocracias do Leste Europeu foram determinantes nesse processo de fragmentação. Porém, os elementos desencadeados pela crise do **socialismo real** encontraram um campo fértil na própria evolução do PCB na década de 70-80. O eurocomunismo já demonstrara haver espaço para o desenvolvimento das teses renovadoras. Na verdade, expressavam o desejo de parte da militância em superar a tradição stalinista e a crise endêmica vivida pelo partido. A rigor,

¹⁸Mais recentemente, perdeu o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Lindberg Farias, ex-dirigente estudantil, que se filiou ao PSTU.

¹⁹ Em janeiro de 1991, esses dissidentes divulgaram o Manifesto aos Comunistas do Brasil, no qual reafirmavam a “convicção marxista-leninista” e defendiam a união e reforço do “único Partido Comunista em atuação no país: o Partido Comunista do Brasil”. Em 12 de setembro, na sede da ABI do Rio de Janeiro, realizou-se o Ato em Defesa do Socialismo, onde formalizou-se a filiação ao PC do B dos ex-dirigentes e ex-militantes do partidão.

os elementos em disputa na segunda metade dos anos 80 já estavam presentes no debate realizado pelo partido após o 20º Congresso do PCUS (1957-58).

Por outro lado, a prática política do partido na virada da década de 70 e diante da transição conservadora também contribuíram para aprofundar os fatores de crise interna – enfraquecendo a organização com as várias cisões que sofreu e dificultando sua inserção no movimento de massas, principalmente no sindical. As alianças preferenciais com o sindicalismo conservador e pelego expressavam a continuidade da política cupulista e, ao mesmo tempo, uma incapacidade política em compreender as características do proletariado e da vanguarda forjados nesse período. Na prática, a política do PCB se confrontou com aqueles que ele pretendia representar.

Seu sucedâneo moderado procura superar estas debilidades aprofundando os aspectos institucionalistas, isto é, a política eleitoral e a integração à ordem. Esta prática exigiu uma fundamentação teórica sem qualquer compromisso com a retórica revolucionária do velho **partidão**. Nesse sentido, a **renovação modernizante** representa a negação da ideologia que, a despeito dos problemas, dos equívocos e do stalinismo, impulsionou a prática de veteranos e novos comunistas.

O PCB reorganizado também expressa a crise ideológica do referencial soviético. Nesse sentido, exprime o desejo de renovação da práxis militante, o anseio autocrítico de resgatar o sentido emancipador e humanista da teoria marxista, ou mesmo a desilusão com os rumos tomados pelo socialismo neste século. Esse esforço renovador não é uniforme. A negação da tradição stalinista é mediada pelo resgate da ortodoxia marxista-leninista. Assim, a **renovação revolucionária** é determinada pelo grau do apego aos diferentes aspectos do passado. Se de um lado temos a autocrítica e a busca de novos referenciais teóricos, de outro, manifestam-se traços ortodoxos que ressuscitam o cadáver do stalinismo.

No caso do PC do B essa variante é ainda mais nítida. Não há ruptura com a tradição stalinista. Mas, no tocante à formulação estratégica e às avaliações sobre o socialismo real, as mudanças são visíveis. As resoluções do 8º Congresso são qualitativamente divergentes em relação ao Congresso anterior – o que demonstra uma evolução política estimulada pelo debate interno.

Diferentemente do **partidão**, o PC do B superou com maior facilidade o processo de fragmentação motivado pelas diferentes avaliações sobre a guerrilha do Araguaia e a posição diante do PT. A despeito de ter uma política semelhante ao seu concorrente comunista mais direto, logrou uma maior inserção no movimento social e transformou-se numa das principais forças da esquerda no período. Estes fatores, aliado ao centralismo stalinista da sua estrutura partidária, prepararam o terreno para as medidas que precisou tomar diante do impacto do Leste.

As transformações efetivadas pelo PC do B não são mera adaptação à nova era. Elas sintetizam a evolução do partido na conjuntura anterior e posterior à **Nova República** e sua reação ao que aconteceu no Leste Europeu, especialmente na Albânia. Mostram a incrível capacidade que este partido tem em mudar, conservando o essencial da sua fundamentação ideológica em formular novas teorias que justificam novos alinhamentos internacionais, etc. E isso, sem autocritica e sem atropelo à sua própria história.

Em resumo, o PC do B mudou a linha política, abandonou concepções teóricas sobre a revolução brasileira e aprovou um novo programa que procura responder à realidade atual. Mas conservou todo o arcabouço ideológico que sempre fundamentou suas concepções e constitui a sua espinha dorsal.

Sem dúvida, os acontecimentos que varreram os regimes políticos no Leste Europeu e levaram ao desabe da URSS tiveram uma influência decisiva sobre a esquerda brasileira, particularmente aquela vinculada às vertentes marxistas. No início da década de 90, esta esquerda não era mais a mesma.

A evolução-involução dos marxista-leninistas se insere nesse contexto histórico. O caráter destas induziram à assimilação dos impactos provocados pelas mudanças ocorridas no plano internacional. A intensidade desse impacto foi maior ou menor, dependendo do grau de envolvimento e filiação das organizações, grupos e partidos marxistas no Brasil às diversas correntes que compõem o movimento comunista internacional.

Porém, ainda que esse fator tenha sido de suma importância – e, em alguns casos, determinante – ele não é suficiente para explicar as transformações na esquerda. Os fatores endógenos, isto é, a evolução da conjuntura nacional (a formação e consolidação da CUT, o crescimento eleitoral do PT e, particularmente, a eleição presidencial de 1989, etc.), teve uma influência decisiva.

Referências bibliográficas

BLACKBURN, Robin (org.) *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CALIINICOS, Alex. *A vingança da história: o marxismo e as revoluções do Leste europeu*. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

FREI BETTO. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Mari-ghella*. 9 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São

- Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LYRA, Rubens Pinto. (org.) *Socialismo: impasses e perspectivas*. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo Companhia das Letras, 1989.
- REIS Fº, Daniel Aarão [et al.] *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- REIS Fº, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- REIS Fº, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-57)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SILVA, Antônio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Proposta, 1987.
- _____. *Partido de massas e partido de quadros: a social-democracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996.
- SIQUEIRA, Juliano. *Nas barricadas do fim do século: a (des)ordem neoliberal*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

Documentos, Jornais e Revistas

- “Amazonas saúda Fidel por vitória eleitoral”. *A Classe Operária*, 22.03.1993.
- “Manifesto aos Comunistas do Brasil”. *A Classe Operária*, 03 a 14.10.1991.
- “PCB agora tem dono”. *Gazeta Mercantil*, 21.11.1991.
- AMAZONAS, João (Entrevista). Albânia, vergonhosa capitulação. In: *A Classe Operária*, 05 a 19.07.1991a.
- _____. Acontecimento alvissareiro. *Folha de S. Paulo*, 20.08.1991b.
- AMAZONAS, João, LUSTOSA, Rogério e FERNANDES, Luís. O socialismo vive. *Documentos do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.
- BORGES, Altamiro. Heranças marcantes no terreno da Organização. *Tribuna*

- de Debates*, 9, 24.11. 1991.
- CC - PCB. *8º Congresso (extraordinário) do PCB. (Documentos)*. São Paulo: Novos Rumos, 1987
- CC do PC do B. *Os acontecimentos anticomunistas na URSS: Resolução da XIII sessão plenária do CC do PC do B*. São Paulo. 15.11.1991. In: *A Classe Operária*, 15.09.1991.
- CEN - PC do B. Declaração do PC do B sobre os acontecimentos na URSS. São Paulo, 21 de agosto de 1991. *A Classe Operária*, 02 a 23.09.1991.
- COLETIVO DO PCB/FLORIANÓPOLIS. Diretório Nacional do PCB. IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro – Caminhos e Descaminhos. Florianópolis, setembro de 1991.
- COSTA, Edmilson. Carta de princípios da plataforma da Esquerda Socialista. São Paulo, novembro de 1990, mimeo.
- DN - PC do B. A política revolucionária do PC do B. São Paulo, Anita Garibaldi, 1989.
- DN - PCB. Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia (Proposta de Declaração Política). *Voz da Unidade*, 15.11.1991.
- FREIRE, Roberto. A democratização e o avanço socialista. *Folha de S. Paulo*, 17.07.1989.
- IVO, Euler. O PC do B precisa de uma nova “grande tática”. *Tribuna de Debates*, 9, 24.11.1991.
- JOFFILY, Bernardo. O partido único não deu certo. **Tribuna de Debates** 2, 19 de agosto de 1991: 11.
- MARTINS, Antônio. O PC do B na encruzilhada histórica. *Tribuna de Debates* 2, 19.11.1991: 06.
- MND-PCB. O PCB continua. *Boletim Informativo do Movimento Nacional de Defesa do PCB*, dezembro de 1991.
- PC do B et Alii. Defendemos e levemos adiante a causa do socialismo: Declaração de Pyongyang. 15.04.1992. *A Classe Operária*, 25.05. 1992.
- PCB. *Resoluções do XI Congresso do PCB*. Rio de Janeiro: Edição PCB. 1996.
- _____. X Congresso do Partido Comunista Brasileiro – PCB: Teses, convocatória, documentos. *Tribuna Comunista*, nº 02: 06-11, jan. 1993.
- PRESTES, Anita Leocádia. A que Herança os Comunistas devem renunciar? *Caderno*, s.d.
- PRESTES, Luís Carlos. Carta aos Comunistas. *Caderno*, mai. 1980).
- RABELO, Renato e outros. *Construindo o futuro do Brasil: documentos e mensagens à 8ª Conferência Nacional do PC do B*. São Paulo: Anita, 1995.